

Totalidade concreta, capitalismo e Serviço Social

Concrete totality, capitalism and Social Work

Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras*

Resumo: O artigo evidencia a relação entre totalidade concreta e capitalismo, a partir da argumentação de Marx e Engels e do diálogo com pesquisadores marxistas na atualidade. Trata-se de um estudo preliminar para compreender os fundamentos históricos das perspectivas críticas/contestatórias ao Serviço Social Tradicional, emergentes nas décadas de 1960-1970, no plano desta totalidade, de um modo global. Parte-se da análise da produção teórica da pesquisa em rede “Movimento de Reconceitualização do Serviço Social na América Latina: determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória” (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Espanha, EUA, Portugal e Reino Unido) realizada durante o Pós-doutorado sênior – CNPq/PUC-SP.

Palavras-chaves: Totalidade concreta; Capitalismo; Serviço Social; Fundamentos históricos.

Abstract: The article highlights the relationship between concrete totality and capitalism, based on the arguments of Marx and Engels and the dialogue with current Marxist researchers. This is a preliminary study to understand the historical foundations of critical/contestatory perspectives on Traditional Social Work, emerging in the 1960s-1970s, at the level of this totality, in a global way. It starts from the analysis of the theoretical production of the network research “Social Work Reconceptualization Movement in Latin America: historical determinants, international interlocutions and memory” (Argentina, Brazil, Chile, Colombia, Spain, USA, Portugal and United Kingdom) carried out during the senior post-doctorate – CNPq/PUC-SP.

Keywords: Concrete totality; Capitalism; Social Work; Historical foundations.

Introdução

A motivação para redigir este texto originou-se da proposta de investigação de pós-doutorado¹ sobre o tema “Ação profissional crítica² no Serviço Social: fundamentos históricos e teórico-metodológicos”.

* Assistente social, doutora em Serviço Social (UFRJ). Pós-doutorado em Serviço Social, (PUC-SP), bolsista PDS-CNPq, 2022/2023. Professora titular Faculdade de Serviço Social (Graduação e Pós-graduação) da Universidade Federal de Juiz de Fora. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4095-7950>

¹ Vínculo com o Programa de Estudos Pós-graduados da PUC-SP, sob a supervisão da Profa. Dra. Maria Carmelita Yazbek com acesso à bolsa, no período de dezembro de 2022 a agosto de 2023, através de concorrência ao Edital CNPq 25/2021, PDS.

² A ação profissional crítica é aqui compreendida como expressão sintética da orientação profissional, consideradas as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa nela contidas.

Um dos objetivos dessa proposta foi a análise do material bibliográfico produzido pela pesquisa “O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais (Espanha, EUA, Portugal, Reino Unido) e memória (1960-1980)”³.

Parti da constatação elaborada no decorrer de minha inserção nos debates e simpósios⁴ realizados no âmbito dessa pesquisa, de que os processos sociais que engendram a perspectiva crítica – contestatória ao Serviço Social Tradicional⁵ são semelhantes e articulam-se ao desenvolvimento das relações sociais capitalistas. Esta análise exigia a compreensão desses processos de modo articulado, tomados em sua totalidade.

Deste modo, a compreensão da perspectiva crítica ao SST tem como fundamento histórico a análise da totalidade das relações sociais capitalistas e consistiu no objeto da pesquisa de pós-doutorado, cuja hipótese norteadora indicava a possibilidade de caracterizar o “Serviço Social crítico” enquanto expressão desta dinâmica, em um plano global (Eiras, 2022, p. 16).

Durante a pesquisa de pós-doutorado retomei algumas elaborações no âmbito da teoria social de Marx, para o que foi crucial a participação no segundo ciclo do Seminário de Estudos sobre o Capital⁶ e percebi a necessidade de apreensão da totalidade não somente como referência a um processo articulado e conectado a outros complexos mais amplos (totalidade enquanto complexo de complexos), mas como uma instância contraditória, que desde o capitalismo, tornou-se observável em *si mesma*, através das mediações e objetivações em um plano global, que envolvem todos os territórios deste planeta, seus povos e culturas, o que constitui uma totalidade concreta.

Neste artigo, desenvolverei alguns aspectos dessa argumentação, expostos no item 1, e no segundo item, apresentarei uma síntese da análise realizada sobre a profissão, a partir da produção da pesquisa sobre o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América

³ Conforme explicarei adiante, neste artigo.

⁴ A referida investigação foi coordenada pelas Profas. Dras. Marilda V. Iamamoto e Cláudia Mônica dos Santos no período de 2016 a 2021, financiada pelo CNPq. Foram realizados quatro simpósios internacionais, 02 na FSS/UFJF, 01 na Universidade de Caldas, Colômbia, 01 na FSS/UFJF e ESS/UERJ. Além desses simpósios, aconteceram três workshops, realizados virtualmente, durante o ano de 2021, com registro dos debates suscitados pelo material já elaborado pelas diferentes equipes.

⁵ “A prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada dos profissionais, parametrada por uma ética liberal-burguesa e cuja teleologia consiste na correção – desde um ponto de vista claramente funcionalista – de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado fatal ineliminável” (Netto, 1991, p. 118).

⁶ Iniciativa acadêmica da professora Marilda V. Iamamoto, coordenado por uma equipe interinstitucional, vinculada à pesquisa em rede “O Serviço Social na história: questão social e movimentos sociais – América Latina e Europa”, desdobramento da investigação anterior sobre o MRLA.

Latina (MRLA) e suas interlocuções internacionais, abrangendo o período de 1960 a 1980, durante o qual as perspectivas críticas ao SST emergiram nos países analisados.

Dada a densidade do tema, sobretudo no item 1, recorri à inserção de referências teóricas e comentários explicativos em notas de rodapé.

Capitalismo e totalidade concreta

Já no século XIX, Marx e Engels (2001) indicaram que o *desenvolvimento universal das forças produtivas* atingira uma “existência empírica real” no capitalismo. Tal desenvolvimento implicou no fato de que a história dos seres humanos passou a se desenrolar no plano da história mundial. Para os autores,

[o desenvolvimento das forças produtivas^{7,8}] é uma condição prática prévia absolutamente indispensável, pois, sem ele, a *penúria* se generalizaria, e, com a *necessidade*, também a luta pelo necessário recomeçaria, e se cairia fatalmente na mesma imundície anterior. Ele é também uma condição prática *sine qua non*, porque unicamente através desse desenvolvimento universal das forças produtivas é possível estabelecer um intercâmbio da massa ‘privada de propriedade’ simultaneamente em todos os povos (concorrência universal) e torna cada um deles dependente das revoluções dos demais; e porque, finalmente, coloca homens que vivem empiricamente a *história universal* em lugar de indivíduos que vivem num plano local (Marx e Engels, 2001, p. 31-33).

Essa perspectiva enunciada por Marx e Engels evidencia a particularidade histórica que se processa, sobretudo, a partir do desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo⁹. Tal desenvolvimento se expressa em um plano que extrapola “o local”.

⁷ “Produzir a vida, tanto a sua própria vida pelo trabalho, quanto a dos outros pela procriação, nos aparece, portanto, a partir de agora, como uma dupla relação: por um lado como uma relação natural, por outro como uma relação social – social no sentido em que se entende com isso a ação conjugada de vários indivíduos, sejam quais forem suas condições, forma e objetivos. Disso decorre que um modo de produção ou um estágio industrial determinados estão constantemente ligados a um modo de cooperação ou a um estágio social determinados, e que esse modo de cooperação é, ele próprio, uma “força produtiva”; decorre igualmente que a massa das forças produtivas acessíveis aos homens determina o estado social, e que se deve por conseguinte estudar e elaborar incessantemente a ‘história dos homens’ em conexão com a história da indústria e das trocas” (Marx e Engels, 2001, p. 23-24).

⁸ “O poder social, isto é, a força produtiva multiplicada que nasce da cooperação dos diversos indivíduos, condicionada pela divisão do trabalho, não aparece a esses indivíduos como sendo sua própria força conjugada, porque essa própria cooperação não é voluntária; [...] ela lhes aparece, ao contrário, como uma força estranha, situada fora deles, que não sabem de onde ela vem nem para onde vai, que, portanto, não podem mais dominar e que, inversamente, percorre agora uma série particular de fases e de estágios de desenvolvimento, tão independentemente da vontade e da marcha da humanidade, que na verdade é ela que dirige essa vontade e essa marcha da humanidade” (Marx e Engels, 2001, p. 30).

⁹ Pierre Villar (1980) indica duas passagens do livro *A ideologia Alemã*, às quais não pude identificar igualmente, na versão que utilizo em português. Essas passagens trazem elementos para a compreensão das forças produtivas e da divisão do trabalho, em um plano que extrapola o nível local. “Não apenas a relação de uma nação com outra, mas também inteira organização interna dessa mesma nação depende do grau de desenvolvimento da sua produção e das suas relações internas e externas. O grau de desenvolvimento das forças produtivas de uma nação é indicado, do modo mais claro, pelo grau de desenvolvimento a que chegou a divisão do trabalho. Toda nova força produtiva (...) traz como consequência um novo desenvolvimento na divisão do trabalho (...). Os diversos estágios de desenvolvimento da divisão do trabalho são igualmente formas diversas de propriedade; ou seja, cada novo estágio

Os autores anteviram no modo de produção capitalista, uma dada materialidade fundante de uma “história universal”¹⁰ e as possibilidades abertas neste processo, para o conjunto dos povos, com impacto em termos da liberdade e autonomia individuais, em uma perspectiva emancipadora para os seres humanos, tomados coletiva e individualmente.

Assim, evidencia-se que a emergência da *totalidade concreta* está relacionada ao *processo histórico assentado material e objetivamente no desenvolvimento das forças produtivas* sob o capitalismo, que envolve nessa dinâmica, o planeta, integrando no processo de produção/reprodução social, as diferentes regiões/territórios.

No plano teórico-analítico, a compreensão dessa objetivação ocorre pela Economia Política e pela Crítica à Economia Política elaborada por Marx e Engels.

A partir desses pressupostos, observa-se através de Rubin (2014), que a gênese deste processo aconteceu no decorrer do período conhecido como “mercantilismo” (séculos XVI e XVII)¹¹.

Nesta direção, Rubin (2014, p. 40) argumenta:

No final da Idade Média já se apresentavam os sinais de que a economia regional ou cidadina estava em fase de declínio [...] A economia regional era baseada numa combinação do manso senhorial rural com as guildas urbanas; [...] a decomposição se deu [pelo] rápido desenvolvimento de uma economia monetária, a expansão do mercado e a força crescente do capital mercantil.

da divisão do trabalho determina também as relações entre os indivíduos e o material, o instrumento e o produto do trabalho” (Marx e Engels in Villar, 1980, p. 106). “O desenvolvimento da força produtiva do trabalho pressupõe uma cooperação em ampla escala; como tão-somente partindo desse pressuposto é possível organizar a divisão e a combinação do trabalho, economizar os meios de produção concentrando-os em massa, criar meios de trabalho que já materialmente só podem ser empregados em comum, por exemplo, os sistema de máquinas; como forças imensas da natureza podem ser obrigadas a servir à produção em aplicação tecnológica da ciência” (Marx – O Capital, in Villar, 1980, p. 125).

¹⁰ Após analisar a obra de Marx, buscando sua relação com o campo de pesquisa da história, na perspectiva do historiador, Villar conclui: “Marx combina em cada uma de suas páginas não apenas – como observou Schumpeter – teoria econômica e análise histórica, mas também, numa intrincadíssima rede, a teoria da história e a história da teoria, um conjunto que o próprio Schumpeter não conseguiu alcançar, apesar do poder de seu pensamento e de sua grande erudição; Schumpeter só teve êxito na história da teoria. [...] Também para O Capital – se quisesse defini-lo com relação ao tema ‘Marx e a história’ – deveria dizer, como para a *Ideologia Alemã*, que não é um livro de história, mas é obra de um historiador” (Villar, 1980, p. 126). É interessante que Villar termina esse artigo indicando no item 5, o título, “A história universal como resultado”. Embora ele não explique essa concepção (ainda que a tenha exposto a partir da análise dos textos de Marx, dentre os quais se destaca a *Ideologia Alemã*), fica subentendido que esse é o caminho para ele, enquanto historiador marxista. A esse respeito, também me parece que a obra de Hobsbawm, sobretudo, o estudo sobre as “Eras” (Das Revoluções, Do Capital, Dos Extremos) foi elaborada buscando uma amplitude histórica (de análise de dados e processos) no nível global.

¹¹ “A era do capital mercantil (ou capitalismo primevo) abrange os séculos XVI e XVII, tendo sido uma era de enormes transformações na vida econômica da Europa Ocidental, com o desenvolvimento extensivo do comércio marítimo e o predomínio do capital comercial” (Rubin, 2014, p. 39) “Assim como uma compreensão completa da economia capitalista é impossível sem o conhecimento da época da acumulação capitalista primitiva, tampouco pode haver uma compreensão correta da evolução da economia política contemporânea sem um conhecimento geral dos economistas da era mercantilista” (Rubin, 2014, p. 35) “Embora isso possa ocorrer de modo menos visível e com maior complexidade, ainda pensamos que as exigências da política econômica concreta exercem um poderoso impacto sobre a orientação das ideias econômicas” (Rubin, 2014, p. 30).

Naquele período, as trocas comerciais foram intensificadas e o mercado tornou-se uma esfera importante para as transações monetárias, expandindo-se “além-mar”. A disputa pelas melhores condições para a venda e comercialização de mercadorias ampliou-se na relação entre diferentes regiões, envolvendo a disputa pelas rotas e territórios.

De acordo com Rubin (2014, p. 41), “o comércio colonial trouxe enormes lucros aos mercadores europeus e permitiu-lhes acumular consideráveis capitais monetários, adquirindo matérias-primas coloniais a preços irrisórios e vendendo-as na Europa a um preço muito maior”. Além disso, possibilitou uma “fluência de metais preciosos, um aumento nas trocas comerciais e o estabelecimento de uma economia monetária” (Rubin, 2014, p. 42).

Rubin (2014) destaca o rápido enriquecimento da burguesia comercial e o declínio no padrão de vida dos camponeses, artesãos e operários, face ao aumento dos preços (encarecendo as provisões) motivado pela depreciação da moeda, cujo valor caíra pela facilidade de extração dos metais preciosos. Os salários por sua vez, não acompanharam o aumento real dos preços. Para o autor “o empobrecimento dos camponeses e dos artesãos apareceu como um resultado inevitável da dissolução da ordem feudal no campo e das guildas nas cidades” (Rubin, 2014, p. 43).

Em síntese,

o que ocorreu na era do capital mercantil (os séculos XVI e XVII) foi a acumulação de enormes quantias de capital nas mãos da burguesia comercial e um processo de separação dos produtores diretos (artesãos e, em parte, camponeses) em relação aos meios de produção – isto é, a formação de uma classe de trabalhadores assalariados. Uma vez obtido o domínio no campo do *comércio exterior*, a burguesia penetrou naqueles ramos da indústria voltados à exportação. Os trabalhadores artesãos dessas indústrias foram subordinados ao mercador-empresendedor que, com a ajuda do *comércio exterior*, impôs seu controle sobre a *indústria caseira*, proporcionou ao capitalismo celebrar suas primeiras vitórias (Rubin, 2014, p. 45)¹².

Segundo Rubin (2014, p. 55),

as políticas do período mercantilista posterior, implementadas para expandir o comércio exterior e promover o desenvolvimento dos transportes e das indústrias orientadas à exportação – desenvolvimento do qual aquele comércio dependia –, eram mais adequadas a um grau superior do desenvolvimento do capitalismo mercantil do que as políticas da primeira fase do mercantilismo [...] o mercantilismo desenvolvido era *expansionista*, visando à máxima extensão do comércio exterior, à conquista de colônias e à hegemonia do

¹² “Processualmente, alteram-se a escala e as concepções que envolveriam as trocas mercantis, inaugurando as formulações que precederam à Economia Política. Ao contrário da visão liberal, que veria as relações de comércio internacional de maneira idêntica às relações do comércio interno, isto é, como relações entre indivíduos, os mercantilistas concebiam as relações de comércio externo como relações entre nações, uma lógica que não dispensava o uso da força, do poderio militar e da expansão do domínio colonial, marcada por exploração, dominação e violência” (Calabrez, 2020, p. 51).

mercado mundial” (grifos meus).

Assim, durante o mercantilismo instaura-se um novo patamar de interação, objetivamente, no plano de uma *totalidade concreta*, ultrapassadas as fronteiras continentais, pela via marítima. Rubin (2014) analisou historicamente esse processo e indicou os elementos (resumidos anteriormente) que já estavam em desenvolvimento e que abriram alternativas exploradas pela nova classe e pelos países (Estados-Nação) em formação.

Por conseguinte, a expansão dos territórios sob hegemonia europeia significou a abertura de um caminho para o conhecimento do planeta em sua totalidade e para a anexação de domínios; asseverou o desenvolvimento dos transportes marítimos e o estabelecimento de relações mercantis no plano internacional que fundaram a possibilidade da divisão internacional do trabalho e a necessidade de “cooperação” e interdependência no plano da produção material.

Por sua vez, na análise de Marx (2020) é inerente ao capitalismo a finalidade precípua de valorização e acumulação. Assim, a expansão da produção engendra várias “*necessidades*”, dentre elas, a aquisição de matéria-prima a baixo custo e a conquista de novos mercados para venda das mercadorias produzidas (circulação). A consolidação do modo de produção capitalista ocorrerá consoante aos processos de produção e circulação de mercadorias nas diferentes formas de organização analisadas por Marx (2020) – *manufatura, maquinaria e grande indústria*, com as exigências inerentes a elas e seus impactos nas relações entre as diferentes regiões¹³.

A reprodução ampliada do capitalismo significou também reprodução em nível planetário, na configuração de uma *totalidade concreta* articulada materialmente às forças produtivas sob o domínio do capital, com a objetivação de instâncias em um plano global: “Mercado Mundial”, “Divisão internacional do trabalho” são instituições objetivamente relacionadas a esse processo histórico.

Torna-se relevante indicar que os lugares de territórios, povos e culturas foram alterados pelo processo de expansão das relações sociais capitalistas e a elas submetidos –, América Latina, América do Norte e Europa ocupam posições bem distintas, mas, integradas à dinâmica de produção/apropriação da riqueza, à produtividade do trabalho sob a lógica capitalista, que abriu possibilidades inéditas para o desenvolvimento do gênero humano¹⁴.

¹³ A esse respeito, a análise de James O’ Connor (1977) sobre o século XX é bem instigante, no sentido de destacar a presença de organizações empresariais vinculadas a setores diferentes da economia, interligados entre si, mas com particularidades nas condições de produção e organização do trabalho e na disputa política entre a própria classe burguesa/capitalista. São eles: o setor concorrencial, o monopolista e o estatal, indicando a complexidade interna na organização da produção, na particularidade dos países e a centralidade político-econômica dos setores monopolistas, nas relações internacionais entre as nações.

¹⁴ Algumas das reflexões que permeiam este artigo explicitam a influência da produção de Lukács (Para uma

Totalidade concreta, contradição e correlação de forças

A *totalidade* evidenciada nesta argumentação é permeada pela contradição, na unidade e antagonismo entre capital e trabalho, como explicitarei durante este tópico. Ela é constituída também por correlações de forças assimétricas, de domínio e submissão, “intra” e “entre” as classes fundamentais, atravessadas pelas disputas entre países e territórios. Tal dinâmica “exigiu” o desenvolvimento estratégico de aparatos institucionais, jurídico-normativos e políticos-militares, no plano global, mundial.

Entretanto, esta *totalidade concreta* é constituída pelo desenvolvimento das forças produtivas em um plano global, atrelado a um processo novo: a produção e apropriação da riqueza a partir da *divisão internacional do trabalho*, envolvendo o conjunto dos países, territórios e continentes. Não obstante a contradição fundante e as assimetrias na correlação de forças, a *totalidade concreta* é uma produção coletiva, e mantém-se continuamente, neste âmbito, permeando simultaneamente, todas as formas de vida e a existência humana neste planeta.

Observa-se, como argumentei no item anterior, que nas relações sociais capitalistas ocorreram interações e intercâmbios com a natureza, em nível planetário. Desenvolveram-se a cooperação e a interdependência submetidas à finalidade de valorização e à acumulação de capital, que simultaneamente, atrelou as alternativas e as escolhas locais/regionais coletivas e individuais ao plano da totalidade. Esta *totalidade tornou-se concreta*, a partir e para a continuidade dessas relações sociais, dirigindo-as e regulando-as, por complexos processos econômicos, políticos, normativos, construídos historicamente¹⁵.

Assim, a expansão e a consolidação das relações sociais capitalistas, envolvendo todo o planeta, engendrou uma *totalidade concreta complexa e contraditória*, prenhe de disputas e tensões¹⁶, que se tornaram constitutivas dos demais complexos nela implicados.

ontologia do ser social). Embora eu não seja especialista na leitura e compreensão de sua obra, dela me apropriei em algumas referências fundamentais, como a concepção de ser social e a particularidade histórica do gênero humano.

¹⁵ Institucionalização de complexos, normas e procedimentos que regulam as trocas entre povos, territórios e nações, em termos das *mercadorias* e do *trabalho humano* nelas contido (aqui entendidos conforme a concepção marxiana). Complexos contraditórios, voláteis, atravessados pelas correlações de forças que também exigem novas estratégias econômico-político-militares para conquista, ampliação e/ou manutenção do poder.

¹⁶ Ainda que a organização dos Estados Nacionais, atrelada às necessidades mercantis de regulação e domínio entre países e territórios, bem como a emergência de sindicatos e partidos políticos delimite campos de ação internamente aos países, a materialidade e a dimensão das relações sociais capitalistas assentam-se na estruturação e consolidação de uma *totalidade concreta*, a partir da qual os países, as classes fundamentais – burguesia e proletariado, se movimentam.

Alterou-se a materialidade a partir da qual se assenta a existência e a experiência humanas, implicando no desenvolvimento do ser social em uma perspectiva de universalidade, fundada nesta materialidade.

O modo de vida no plano local/regional, econômico-sociocultural de cada território desta “Terra”, tornou-se parte dessa nova condição material que passa a constituir a história dos povos e a impor constrangimentos.

Desse modo, no período mercantilista permeado pela expropriação da terra, durante a acumulação primitiva (Marx, 2018, 2020), a burguesia, classe nascente, exerceu um papel econômico-político fundamental no enfrentamento ao Antigo Regime e às monarquias absolutistas. Embora as particularidades dos processos evidenciem as diferenças na constituição da burguesia enquanto classe, operou-se uma transformação objetiva que constituiria novas relações sociais e novas instituições políticas. E a burguesia emergirá enquanto classe hegemônica no plano mundial, cujos interesses foram transformados em “interesses universais” para o “desenvolvimento e progresso das sociedades”, através do capitalismo¹⁷.

Todavia, Marx (2018, 2020) evidenciou de modo preciso, a relação de unidade e de antagonismo entre capital e trabalho: no processo de produção (indicando a relação entre capital constante e capital variável e a apropriação do mais valor) e nas relações sociais capitalistas (constituição das classes sociais, burguesia e proletariado). Também identificou as tensões e disputas entre interesses no interior da classe burguesa, derivados da concorrência inerente ao modo de produção capitalista.

A criação de mecanismos de resistência e de enfrentamento, diante das contradições postas pelo capitalismo engendra possibilidades de consciência e subjetivação, que foram relevantes para a organização do proletariado em sindicatos e partidos políticos. Considera-se ainda, que o processo de constituição da burguesia enquanto classe e o seu protagonismo revolucionário (Coutinho, 1972) impulsionaram novos horizontes de ação que estimularam as reivindicações e lutas por liberdade e igualdade, pleiteando sua extensão real a cada indivíduo.

A esse respeito, Shlomo Sand (2023) descreve a década de 1840 como um período de crise, destacando que o inverno de 1847 foi muito rigoroso em todo o continente e houve escassez de alimentos. Nesse contexto, os protestos sociais eclodiram e houve uma ampla disseminação da propaganda liberal e democrática, sendo que a igualdade cívico-política foi

¹⁷ Na América Latina, ainda durante o século XX, a estratégia e ideologia desenvolvimentista destacam o *progresso* urbano-industrial para promover a superação do “atraso” e do “subdesenvolvimento” dos países em nosso continente, aparentemente, privilegiando os interesses nacionais de elevação ao patamar civilizatório dos países centrais.

reivindicada e promovida por novos movimentos, que fizeram com que o ano de 1848 ficasse conhecido como a “Primavera dos Povos”. O autor relata que na Suíça os cantões liberais impuseram-se aos conservadores, eclodindo revoltas em várias regiões da península italiana, nas principais cidades da Confederação germânica (Berlim e Império Austro-húngaro, Polônia e Boêmia), além de França.

Assim, toda a Europa, à exceção da Rússia experimentou uma agitação intensa em que se entrelaçavam reivindicações sociais, políticas e nacionalistas. Mas esses acontecimentos não permitiram ver surgir uma esquerda organizada e claramente identificada, nem qualquer movimento político importante capaz de canalizar os protestos e de provocar uma mudança de regime (Sand, 2023, p. 59)¹⁸.

A “Primavera dos povos”, no ano de 1848 e a “Comuna de Paris”, em 1871, evidenciam as tensões e contradições em curso, movendo-se nesta nova materialidade posta pelo modo de produção/reprodução capitalista. Os horizontes revolucionários pautados na noção de igualdade coadunam-se com processos de organização sindical e político-partidária do proletariado.

A classe operária em expansão enfrenta a burguesia em condições desiguais de poder e sofre violências e repressões desmensuráveis, em proporção aos atos revolucionários durante a Primavera dos Povos¹⁹ e a Comuna de Paris. A burguesia impõe-se pelo uso da força e distancia-se de seu papel progressista (Coutinho, 1972). E, conforme a análise de Ianni “a comuna não foi derrotada pela burguesia francesa. Esta se revelou incapaz de derrotá-la. Precisou chamar as tropas alemãs. Os exércitos inimigos de ontem, nas batalhas de Verdun e Metz, aliaram-se na luta contra o proletariado” (1988, p. 99).

Contudo, a unidade entre capital e trabalho, a exigência de valorização e acumulação engendrada pelo capitalismo, não permitia eliminar a classe operária, sendo preciso forjar estratégias para legitimação dos interesses hegemônicos no capitalismo e manutenção da *sua* força de trabalho.

Assim, a unidade e antagonismo entre capital e trabalho também engendraram um campo de possibilidades, oscilando entre os interesses e exigências de valorização/acumulação e os processos de organização da classe operária, através dos quais obtiveram-se as conquistas e melhorias nas condições de trabalho e de vida, nas sociedades capitalistas; não como algo linear, mas como resultado de reivindicação, organização, embates políticos e enfrentamentos reais, inclusive com estratégias de paralisação e greves.

¹⁸ O que se explica também, a meu ver, pela bárbara repressão que se seguiu aos protestos.

¹⁹ “O espectro do comunismo já assustava a Europa por volta de 1848. E foi exorcizado nesse mesmo ano. Depois disso, durante muito tempo ficaria impotente como o são de fato os espectros” (Hobsbawm, 2005, p. 19).

A unidade e o antagonismo simultâneos colocaram alternativas que se assentavam na defesa, horizonte e construção da democracia, sobretudo, como argumenta Sand, na perspectiva e disputa pela efetivação da igualdade (Sand, 2023), que para o autor, constitui um ponto de convergência – que ele evidencia em sua análise, entre os diferentes movimentos e partidos de esquerda, desde o século XVIII²⁰.

É importante destacar que também foram criadas formas de organização e resistência combinadas com estratégias de internacionalização e de superação das perspectivas localistas e regionais, que se expressam, inclusive, de modo evidente, no Manifesto do Partido Comunista, em 1848 e nas “Internacionais Comunistas”.

De acordo com Shlomo Sand, “o primeiro comunismo de Marx e Engels, embora reconheça as entidades nacionais, tem *aspiração global*: começará por germinar, claro, no interior de cada nação, mas resultará num triunfo universal” (Sand, 2023, p. 79, grifos meus).

Sand (2023) distingue a heterogeneidade de perspectivas no âmbito da Primeira Internacional, o que levará a rupturas posteriores naquele movimento, sobretudo entre socialistas e anarquistas. Embora ele evidencie a expansão das concepções críticas ao capitalismo e das posições anticapitalistas, também crescem aquelas social-democratas, de cunho reformista (Netto, 2001).

Sand (2023) também destaca o protagonismo de Marx e Engels na Internacional Comunista e a influência do marxismo nos partidos políticos presente na primeira assembleia da Segunda Internacional, em 1889, presidida por Engels. Ele afirma que “a maioria dos partidos representados já se definiam como marxistas e aparentemente tinham feito da luta de classes a sua orientação estratégica”. Conclui que “o velho sonho de Marx de um movimento operário internacional, com a revolução socialista gravada no seu estandarte, parecia estar a materializar-se” (Sand, 2023, p. 86)²¹.

É notório que junto à consolidação do capitalismo, à medida em que a produção e circulação de mercadorias exigia força de trabalho e expansão do consumo, e a regulação das trocas consolidava a objetivação do mercado com o uso do dinheiro, submetendo as demais formas de produção à lógica capitalista, vai se materializando naquela relação de unidade e

²⁰ Embora o autor analise a trajetória da esquerda no plano internacional centrando-se na análise da igualdade, ele também reconhece que “continua hoje inteiramente válida a brilhante análise que faz [Marx] da diferença entre valor de uso e valor de troca, com a hegemonia absoluta deste último, uma análise segundo a qual o capital não tem por vocação satisfazer as necessidades dos seres humanos, mas antes produzir cada vez mais capital. A sua visão da mais-valia, produzida pelos trabalhadores e extorquida pelos patrões, que é fonte da acumulação de capital, tornou-se dominante e foi retomada por todas as correntes do socialismo nas suas críticas à exploração” (Sand, 2023, p. 83).

²¹ “Ao longo desse período, o marxismo não parou de se desenvolver: por toda a Europa, havia pensadores a afirmarem-se abertamente marxistas” (Sand, 2023, p. 85).

antagonismo, um novo modo de vida e de *integração social* tendo o trabalho assalariado um papel crucial. Capital e trabalho crescem e tornam-se centrais nas sociedades capitalistas, e as classes fundamentais são as protagonistas e disputam, em uma correlação de forças assimétrica, a direção da sociedade e/ou Estado e/ou a superação do capitalismo.

No plano da Economia, Hobsbawm (2004, p. 418-419) destaca quatro alterações fundamentais, no período de 1870 em diante: a nova era tecnológica (baseada na eletricidade e no petróleo, turbinas e motor a explosão e maquinaria com uso do ferro, ligas, metais não-ferrosos, indústria química); economia de mercado de consumo doméstico (à exemplo dos EUA, com o aumento da população e da renda); deslocamento do monopólio da Inglaterra (competição internacional entre economias industriais rivais – inglesa, alemã, norte-americana pelas dificuldades de lucratividade), levando à concentração e ao controle de mercado.

Tal rivalidade desembocou na divisão do globo, entre as potências rivais, como reserva para os negócios. De acordo com Hobsbawm,

Numa escala global, esta dicotomia entre áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas (teoricamente complementares), embora não nova em si mesma, começou a tomar uma forma reconhecidamente moderna. O desenvolvimento da nova forma de desenvolvimento/dependência iria continuar com apenas breves interrupções até a queda geral na década de 1930 [...]. [Altera-se a configuração política, afetando o livre-comércio, a partir de 1880. E, junto a esse processo, novas demandas impactaram os Estados nacionais], vindas de baixo por proteção contra os capitalistas, por segurança social, por medidas públicas contra o desemprego e um salário-mínimo por parte dos trabalhadores, tornaram-se audíveis e politicamente eficazes [...] Três novas tendências emergentes nas tensões confusas da depressão econômica [...] emergência de partidos e movimentos de classe operária, geralmente com uma orientação socialista (cada vez mais marxista); partidos demagógicos antiliberais e antissocialistas; e a terceira tendência a emancipação dos partidos e movimentos nacionalistas de massa de sua antiga identificação ideológica com o radicalismo liberal (Hobsbawm, 2004, p. 419-422).

As relações sociais capitalistas comportam assim, um movimento dialético, assente na materialidade do processo de produção e reprodução do capital, que também se manifesta no plano de organização das classes fundamentais, na perspectiva de defesa de seus interesses e de disputa sobre a riqueza socialmente produzida.

Para a burguesia, trata-se de manter a *lucratividade* nos negócios e sobreviver às oscilações inerentes ao sistema capitalista, e nesse *esforço*, angariar força política em prol dos seus interesses particulares. Para o operariado/proletariado, trata-se de conquistar condições para a sua sobrevivência, e ao mesmo tempo, disputar os resultados do trabalho coletivo, pelo acesso à riqueza socialmente produzida.

Ao mesmo tempo, a obra de Marx e Engels, na análise rigorosa do movimento do capital, indicou os limites inerentes ao capitalismo, e apontou a necessidade de sua superação. Essa análise possibilitou entender o capitalismo em suas contradições e alimentou o horizonte de lutas em prol de outro projeto societário, opondo-se diretamente ao reformismo e à social-democracia, e de modo contundente, ao liberalismo.

A *totalidade concreta* assente na consolidação do capitalismo, complexifica-se pela unidade e antagonismo entre as classes, e a luta de classes, embora mais evidente nos países e “territórios nacionais”, se estende, através de estratégias que também expressam um movimento global, de internacionalização, o que irá se intensificar, durante o século XX, não obstante os “nacionalismos” que caracterizam as duas *guerras mundiais*.

A revolução russa (1917) e a construção do socialismo soviético relacionam-se a esse acúmulo de forças no âmbito das lutas do operariado, e de sua organização no plano político-sindical-partidário nacional e internacional, e impactou de modo significativo na correlação de forças que enfrentou o projeto capitalista, sobretudo no período posterior à segunda Guerra Mundial, no século XX.

Por sua vez, o Estado de Bem-estar social, associado às lutas reformistas, às estratégias de reivindicação e lutas social-democratas, teve a sua expansão nesse período (1945 em diante) e evidenciou-se nas conquistas obtidas pela classe trabalhadora nos países centrais, justamente em uma conjuntura na qual a correlação de forças entre as classes fundamentais esteve posta no plano global/mundial, a partir do enfrentamento entre os projetos socialista e capitalista.

A disputa entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos da América (EUA) constituiu uma correlação de forças no plano político-militar, em uma conjuntura que foi favorável também para o projeto social-democrata, para a difusão do Estado de Bem-estar social, de suas premissas e horizontes democráticos.

Neste sentido, a estratégia desenvolvimentista para a América Latina, desde o período posterior à segunda Guerra Mundial, foi uma resposta econômica-político-ideológica ao projeto socialista, no intuito de promover os interesses, estilo de vida e horizontes próprios ao capitalismo.

Contudo, pela configuração da *totalidade concreta* e seus complexos institucionalizados, fica patente a hegemonia das relações sociais capitalistas, objetivamente, na relação de subordinação das transações no mercado mundial, à lógica e à finalidade de acumulação crescente de capital. Conforme Mészáros (2002), o socialismo soviético não foi além do capital, o que, a meu ver, coaduna com a percepção do autor, segundo a qual, não é

possível construir o socialismo isoladamente, nem mesmo como projeto articulado a diferentes países e regiões. A superação das relações sociais capitalistas exigiria, então, entendimentos, estratégias e ações articuladas globalmente?

A análise aqui desenvolvida evidenciou que o capitalismo é uma relação social em um plano global, levando-me a supor que, para superá-lo é necessária uma alteração nessa magnitude que incorpore a riqueza socialmente produzida e o grau de desenvolvimento das forças produtivas articuladas mundialmente, ou senão, essas conquistas humano-genéricas estarão sujeitas ao retrocesso, à fragmentação e isolamento entre os países e regiões, retrocedendo-se historicamente.

Para os países periféricos, essa situação os colocaria em uma posição ainda mais difícil. Dado o processo histórico, contínuo, de exploração/apropriação de suas riquezas pelos países centrais e o aumento populacional para atender às necessidades de mão-de-obra, um grande contingente de pessoas estaria exposto ao caos de uma provável derrocada econômico-financeira, sujeitas a relações de poder violentas e/ou anômicas, ou à “barbárie”.

Se esta análise estiver correta, a alternativa histórica a ser construída está na articulação internacional, global, alterando a correlação de forças hegemônicas e vertendo os resultados dessas conquistas para os países periféricos, para a classe trabalhadora e subalternizada desses países e dos países centrais, em busca de equalizar as condições de vida, acesso à alimentação, saúde, moradia, locomoção e tempo livre (liberado pelos avanços na produção) em um plano internacional.

Em síntese, a argumentação anterior permite indicar a particularidade das relações sociais capitalistas no sentido de criar, historicamente, uma interação global, interdependente, constituindo instâncias e organizações em uma *totalidade concreta*. Ou seja, a particularidade histórica das relações sociais capitalistas se expressa em um plano universal, concreto, envolvendo a totalidade do planeta.

Isso ocorreu progressivamente e expressa uma tendência que continua se desdobrando, historicamente e que se objetiva, através da:

1. Estruturação do mercado internacional, mundializado
2. Divisão internacional do trabalho, cooperação e interdependência na produção/reprodução social
3. Controle político-militar estratégico em um plano global, sob o domínio das nações “mais desenvolvidas”
4. Instituições Políticas e pactuações internacionais que regulam as relações entre países e territórios
5. Contradições entre as classes, em um plano global
6. Disputas e correlação de forças intraclasses, em um plano global

7. Subordinação dos Estados nacionais aos processos econômicos e político-estratégicos orientados pelo interesse global de manutenção das relações sociais capitalistas

Por sua vez, o Serviço Social vincula-se às demandas históricas de manutenção e reprodução da força de trabalho, em um período de consolidação das relações sociais capitalistas, desde o final do século XIX, e, constitui-se enquanto profissão na divisão social e técnica do trabalho a partir da estruturação de serviços e políticas sociais direcionadas aos trabalhadores, à massa da população, com perfis diferenciados de acesso ao trabalho, ou dele alijada, ou já sem condições de exercê-lo (Iamamoto e Carvalho, 2005; Netto, 2001; Faleiros, 1982).

A profissão se institucionalizou e expandiu durante o século XX, e, naquele contexto, no período de 1960 a 1980, colocaram-se as possibilidades para a emergência de perspectivas críticas ao SST, simultaneamente, em diferentes países. No próximo item, indicarei algumas das razões que explicam essa emergência em todos os países analisados na referida pesquisa sobre o MRLA.

Totalidade concreta e a emergência simultânea de perspectivas críticas no Serviço Social (1960-1980)

Adotei a perspectiva teórico-metodológica histórico-crítica no intuito de apreender as conexões entre os processos, no plano da *totalidade concreta* das relações sociais capitalistas, uma vez que a proposta do estágio pós-doutoral foi de apreender os fundamentos históricos que tornaram possível a emergência de perspectivas críticas ao SST, nos sete países analisados, na América Latina, nos EUA e na Europa, no lapso temporal de 1960 a 1980.

Analisei 32 materiais, entre artigos, capítulos de livros e livros publicados²² (Tabela 01), em relação à investigação realizada no período de 2017-2021. Utilizei um roteiro contendo os itens: título, autores, país analisado, ano de publicação e veículo de divulgação; e em termos de conteúdo, observei as referências à perspectiva de totalidade e os autores mencionados; a análise sobre o Serviço Social na relação com o país e o MRLA, e a caracterização ou descrição da perspectiva crítica feita pelos autores.

²² Capítulos dos livros: Perspectivas histórico-críticas no Serviço Social – América Latina, Europa e EUA; A história pelo avesso; *La reconceptualización del Trabajo social em Colombia: analisis histórico-crítico de las décadas 1960-1970 e El movimiento de la reconceptualización del Trabajo Social en Colombia*.

Tabela 01: Textos analisados por país.

<i>País</i>	<i>Material analisado</i>
<i>Argentina</i>	06
<i>Chile</i>	07
<i>Colômbia</i>	05
<i>Portugal</i>	06
<i>Espanha</i>	03
<i>EUA</i>	01
<i>RU</i>	01
<i>EUA e RU</i>	02
<i>MRLA e SSR</i>	01
<i>Total</i>	32

Fonte: artigos e capítulos de livros publicados/pesquisa em rede sobre o MRLA, tabela organizada pela autora, agosto de 2023.

Inicialmente, ative-me à “dimensão de totalidade” e ao modo como ela foi referenciada no material analisado, identificando as mediações postas em evidência pelos autores no texto ou pela bibliografia utilizada por eles, para explicar a relação do Serviço Social com a totalidade das relações sociais capitalistas.

Neste sentido, a produção da pesquisa sobre o MRLA já continha apropriações do Serviço Social na particularidade histórica das relações sociais capitalistas, na perspectiva de análise dos processos em sua totalidade. As mediações históricas também foram explicitadas pelos(as) investigadores(as), expostas na relação com a profissão em cada país.

Assim, no relatório de pós-doutorado (Eiras, 2023)²³, evidenciei as mediações históricas e os conteúdos transversais, considerando o movimento peculiar das relações sociais capitalistas *que envolve o conjunto dos países e regiões*, em uma história que se tornou universal (Marx e Engels, 2001).

Deste modo, no período posterior ao término da Segunda Guerra Mundial, criaram-se estratégias político-econômicas expressas na institucionalização de organizações (ONU, OEA, UNESCO, FMI, Banco Mundial etc.), que atuaram em um plano global, ensejando uma articulação econômico-social e político-ideológica, alinhada aos interesses do capitalismo, sob a liderança dos EUA. Tais organizações foram muito eficientes na divulgação de referências

²³ O conteúdo que exponho neste item é parte das considerações finais do relatório de pós-doutorado, inédito.

democráticas, como a concepção de bem-estar social, e combinaram-se com a estratégia desenvolvimentista.

O Serviço Social já estava consolidado em alguns países, como nos EUA e no Reino Unido, e, intensificou sua organização no plano internacional, criando espaços coletivos de articulação, no plano mundial²⁴. Além disso, participou junto aos organismos internacionais (ONU, OEA, UNESCO) da divulgação das concepções de bem-estar e paz social, associados à noção de bem-comum.

Nos países periféricos, a profissão foi demandada a se inserir nos processos de organização e desenvolvimento de comunidade (Argentina, Chile, Colômbia, Espanha e Portugal), em um período de alterações na organização do trabalho no campo e nas cidades, e de grande movimentação de pessoas para os centros urbanos face à industrialização.

No âmbito da *totalidade concreta*, já nos anos 1960 havia indícios dos limites das relações sociais capitalistas, em termos de cumprir as promessas de levar o *desenvolvimento, progresso/modernização e o bem-estar a “todos os países e regiões”*, conforme as referências e experiências feitas nos países centrais. Assim também, na produção material, no que se refere à finalidade contínua de valorização do capital, atinge-se alguns dos limites, já analisados por Marx (2020, 2018) como tendências do processo de produção/reprodução capitalista, que se materializam nesta fase do capitalismo tardio (Mandel, 1982). Em relação à essa *crise de valorização*, os(as) pesquisadores(as) referenciam-na apropriando-se da argumentação de Mandel, O capitalismo tardio, e sua explicação das ondas longas de crescimento, das crises cíclicas e do esgotamento/limite do processo de valorização, colocando-se a condição de *crise estrutural*²⁵, desde o final da década de 1960.

Nesta direção, apesar de os países centrais terem usufruído de melhores condições de vida – pleno emprego, salários maiores, acesso ao consumo (*status* de classe média), acesso à habitação, educação, saúde, previdência e assistência social, tendo um conjunto de proteções sociais com capacidade para efetivação e universalização nalguns países da Europa –, a totalidade desse processo não se sustentaria indefinidamente e colocaria novas inflexões já nos

²⁴ A UCISS foi criada em 1922, em Bruxelas, na Bélgica, enquanto “entidade confessional” já reunia “escolas católicas de Serviço Social, associações católicas de assistentes sociais e membros individuais [...] com “status consultivo junto ao Conselho Econômico e Social da ONU, UNESCO, FAO e OEA” (VIEIRA, 1980, p. 51). A Primeira Conferência Internacional de Serviço Social (C.I.S.S), ocorreu em Paris, 1928 e possibilitou a criação da Associação Internacional de Escolas de Trabalho Social (AIETS ou IASW) e da Federação Internacional de Trabalhadores Sociais (FITS ou IFSW), organizações autônomas em relação às igrejas cristãs.

²⁵ Cessa a alternância entre ondas de crescimento, seguidas de crise, conforme análise de Mandel (1982). As crises tornam-se constantes, estruturais. Nesse sentido, pode-se observar que o desenvolvimento (econômico-social), associado ao modo de produção capitalista, como progresso e modernização cede lugar a um processo complexo de estagnação e destruição de recursos humanos e ambientais. Torna-se evidente o caráter autofágico e destrutivo em nível global que subordina pessoas e natureza à finalidade de valorização e acumulação.

anos 1970, em uma conjuntura desfavorável para o enfrentamento ao capitalismo, com o progressivo descrédito do socialismo enquanto projeto societário e a dissolução da URSS, durante os anos 1980.

É importante destacar que houve até o início dos anos 1970, uma preocupação estratégica em manter a hegemonia político-econômica do capitalismo, na disputa com o socialismo. Nessa tensão, a contradição e a correlação de forças entre capital e trabalho (no plano da *totalidade concreta* das relações sociais capitalistas, em nível global) tendeu a um certo equilíbrio, condição que possibilitou/engendrou a alternativa social-democrata, expressa no Estado de Bem-Estar Social. *Parecia* possível articular capitalismo e democracia e, seria preciso *apenas* alcançar o nível de industrialização e desenvolvimento, existente nos países centrais.

Essa concepção, presente na estratégia desenvolvimentista promoveu, contraditoriamente, a divulgação de referências ideológicas como igualdade, liberdade e autonomia individual, associadas à concepção de bem-estar social. E, penso que o tensionamento entre projetos societários distintos (capitalismo X socialismo) foi fundamental para o favorecimento de pautas coletivas, disputadas na luta de classes, em cada país. Sob tais condições, *parecia* possível alcançar uma civilidade, para o conjunto das nações, estendendo os benefícios do progresso e da industrialização aos países periféricos.

Todavia, no cerne da “unidade/antagonismo” entre capital e trabalho, as lutas e movimentos sociais dos anos 1960 e 1970 também estavam em sintonia com o acúmulo político-organizativo da classe trabalhadora (no âmbito político-partidário-sindical), suas aspirações sociais – cidadania e democracia, inclusive no âmbito da disputa pelas condições de trabalho e salário, e emergência de valores ético-morais contestatórios à moral burguesa hegemônica (contestação da família patriarcal, reivindicação de igualdade entre gênero, etnia, respeito às diferenças étnicas, etárias, de gênero e sexualidade).

Na América Latina o acúmulo político-organizativo da classe trabalhadora no século XX, desde à industrialização (ainda que movida pelo processo de substituição de importações do período das guerras mundiais e ao impulso desenvolvimentista liderado pelos EUA, no pós-segunda Guerra Mundial) resultou em lutas efetivas. Os embates para o desenvolvimento de sociedades com cidadania e democracia não cessaram, desde então. Enfrentaram, inclusive os golpes e as ditaduras forjadas para reprimir as pautas progressistas e/ou a expansão do socialismo.

Ou seja, além da disputa político-militar por territórios (da Guerra Fria, entre EUA e URSS) intensificou-se a disputa no plano ideológico engendrando-se alternativas políticas que

impulsionaram as concepções de “bem-estar social”, de “paz social” e integração harmoniosa dos indivíduos à sociedade.

A “integração entre os povos” torna-se um horizonte, em um plano internacional, partilhando de referências democráticas, progressistas; a ONU, a OEA são construções próprias desse processo, e constituem-se porta-vozes dessa ideologia. Por elas, diz-se que o desenvolvimento precisa alcançar a todos e isso *deveria* repercutir em melhoria das condições de vida e acesso a condições de sobrevivência para todos os povos.

Nesse processo histórico, desenvolvem-se políticas de bem-estar social, em ressonância com as necessidades de manutenção, formação e qualificação da força de trabalho, próprias da fase monopolista neste período do capitalismo tardio (nos termos de Mandel, 1982), mas também *nutridas* por referências ideológicas democráticas vindas dos países centrais enquanto alternativas tensionadas pela conjuntura de disputa entre socialismo e capitalismo. Dentre elas, as políticas de seguridade social e de assistência social são reconhecidas e torna-se possível a institucionalidade e legitimidade do Serviço Social, enquanto profissão, vinculada ao interesse e/ou âmbito público, à defesa do “bem-comum” / “bem-estar” e da integração à ordem social hegemônica.

Tais condições históricas explicam a expansão da profissão no período posterior à segunda Guerra Mundial, e a partir de suas contradições, a emergência de perspectivas críticas no Serviço Social pode ser compreendida na dinâmica desta totalidade concreta, enquanto expressão da falência do modelo de “bem-estar” e de seus horizontes democráticos.

Serviço Social e perspectivas críticas

A partir das informações e análises realizadas com base na pesquisa sobre o MRLA e suas interlocuções internacionais, tornou-se evidente que as bases históricas que explicam as formulações do SST estiveram relacionadas à expansão das políticas e dos serviços sociais via Estado Social ou Estado de Bem-estar social.

É nessa esfera que se processou a relação da profissão com a perspectiva de integração do indivíduo à sociedade pela via do trabalho, da qualificação, da manutenção da força de trabalho (previdência e assistência social) ou acesso à sobrevivência e o flagrante alinhamento dessas concepções com as perspectivas teórico-metodológicas do positivismo-funcionalismo.

Nessas bases, o Serviço Social tornou-se uma profissão autônoma em relação às suas protoformas, anteriormente vinculadas às instituições religiosas e às suas ações caritativas/filantrópicas.

Nos países europeus o Estado de Bem-Estar Social foi a esfera pela qual a profissão cresceu, ocupando os espaços sócio-ocupacionais abertos, nessa nova formatação da divisão social e técnica do trabalho, no âmbito da prestação de serviços sociais.

Nas perspectivas críticas²⁶ os(as) assistentes sociais evidenciam os problemas efetivos em promover a integração e a adaptação do indivíduo à sociedade, em uma conjuntura de alterações nos processos de trabalho, mercado de trabalho e nas políticas sociais, que vão se adensando desde a metade dos anos 1960²⁷.

A esse respeito, nos países aqui analisados (EUA e RU) os métodos clássicos do Serviço Social estadunidense, alinhados com o referencial teórico-positivo-funcionalista, tornam-se incompatíveis com essa nova condição histórica.

No RU abrem-se alternativas para a intervenção profissional com coletivos e os problemas atingem uma magnitude diferente, com lutas, manifestações e disputas de recursos, que tensionam as respostas institucionais do Estado e os posicionamentos das diferentes profissões²⁸.

Nos EUA, as concepções críticas também são elaboradas e difundidas, denunciando os limites da política social estadunidense e o comprometimento dos assistentes sociais com as agências de prestação de serviços, em detrimento dos interesses dos(as) “clientes” (Eiras et al, 2017; 2021).

Na América Latina o Estado Social se organizou de modo mais restrito, através da mediação e “comprometimento” com uma legislação social que regulava as relações entre capital e trabalho, e por institucionalizar mecanismos de proteção social, ainda muito seletivos e focalizados. Na Argentina, Chile e Colômbia as vertentes críticas explicitam o lugar de subordinação e dependência da América Latina, em relação aos países centrais, opondo-se aos EUA e ao “imperialismo”.

²⁶ Em cada país houve peculiaridades e distinções em relação às perspectivas críticas ao SST que não constituíram objeto de análise neste artigo, mas podem ser apreendidas na produção da pesquisa, sobretudo nos livros organizados por Iamamoto e Santos (2021); Eiras, Moljo e Duriguetto (2022). Isso transparece inclusive nas denominações do Serviço Social Crítico ou Serviço Social Radical, nos EUA e no RU e nas propostas de reconceituação do Serviço Social na América Latina. Reitero que destaquei a emergência dessa crítica, como algo comum e transversal aos países analisados.

²⁷ O investimento das empresas multinacionais na produção industrial em países periféricos, atraentes pela matéria prima e abundância de força de trabalho de baixo custo, incentivadas pela política de favorecimento da estratégia desenvolvimentista, bem como o salto tecnológico-industrial do Japão na microeletrônica terão impacto significativo sobre os países centrais, tanto na competição entre as empresas monopolistas, como na redução de ofertas de postos de trabalho, na indústria, para os trabalhadores dos países centrais.

²⁸ A análise da revista Case Com evidencia as concepções críticas do Serviço Social Radical, no decorrer dos anos 1970 (Bognono, 2020).

Já em Portugal e Espanha, também situados na periferia do desenvolvimento capitalista, há particularidades que evidenciam a funcionalidade da profissão aos regimes autoritários de Salazar e Franco, e o engajamento de assistentes sociais nas lutas pela democratização dos respectivos países (Silveira; Silva, Martins, Carrara, Perelló, 2021).

Ali, diferente do Serviço Social latino-americano, a formação dos profissionais ainda não havia reivindicado uma condição de autonomia em relação a produção de conhecimentos e pelo reconhecimento de seu espaço acadêmico e profissional. Essa condição aliada à aproximação linguística (português e espanhol) explicam a interlocução dos profissionais portugueses e espanhóis com a produção do MRLA, e, através dela, a assimilação do conteúdo crítico ao SST, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970.

Desse modo, recusa-se, de modo semelhante, na periferia do capitalismo, a influência teórica do Serviço Social estadunidense, mantendo-se a ênfase na busca de conhecimentos próprios do Serviço Social, sua especificidade, teoria, metodologia, agora alinhados com a realidade nacional, periférica, e com as suas perspectivas de reforma ou transformação. Ou seja, as vertentes críticas na América Latina (Argentina, Chile e Colômbia) e Europa ibérica também se dividem entre o horizonte social-democrata (na luta por reformas e implementação do Estado de Bem-Estar Social) e o horizonte socialista²⁹.

Nesses países, não foi possível realizar a integração via mercado de trabalho ou via políticas sociais, pois em ambos os casos, as condições de empregabilidade e de proteção social eram muito diferentes dos países centrais.

Já o assistencialismo criticado pelo MRLA referencia-se mais ao caráter filantrópico da assistência social (extremamente focalizado) diante das necessidades sociais existentes, bem como face à perspectiva de efetivação real de direitos sociais na América Latina.

Enquanto nos EUA e no RU há pressões para a manutenção das políticas de emprego e expansão da cidadania, incluindo a diversidade de trabalhadores, de gênero e étnico-racial, na América Latina há enfrentamentos e pressões para o reconhecimento dos direitos sociais, da cidadania e da democracia, diante de conjunturas e governos que “convergem” para o autoritarismo, através de golpes e instauração de ditaduras violentas, repressoras dos movimentos progressistas e/ou socialistas (como na Argentina e no Chile).

As relações sociais capitalistas se mostraram limitadas para o desenvolvimento global da democracia – igualdade, liberdade, autonomia individual. A estratégia desenvolvimentista

²⁹ Por sua vez, as lutas pelo projeto socialista na América Latina (sobretudo no Chile, com Allende) e em Portugal (Revolução dos Cravos) evidenciaram as limitações do socialismo implementado/reivindicado isoladamente.

mostrou-se irrealizável. E, diante do arrefecimento do antagonismo entre capital e trabalho no plano global, ocorreu o avanço das forças reacionárias, impactando no declínio das forças progressistas e das referências democráticas do Estado de bem-estar social.

Termina-se o período analisado, com a vitória da estratégia neoliberal, que nega a social-democracia e ataca o socialismo, disputando e minando as condições concretas para o exercício democrático; desfazendo as concepções de igualdade, liberdade e autonomia individual, enquanto horizontes político-ideológicos vinculados ao capitalismo.

Considerações finais

Uma das intenções da pesquisa de pós-doutorado, exposta neste artigo, foi compreender os fundamentos históricos presentes na emergência da perspectiva crítica ao SST na Argentina, Chile, Colômbia, Espanha, EUA, Portugal, Reino Unido, através das informações e da produção elaborada na pesquisa em rede sobre o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina e suas interlocuções internacionais.

Partiu-se da hipótese que a emergência da perspectiva crítica/contestatória ao SST nesses países, no período de 1960-1980, teve como fundamento histórico a inserção da profissão na *totalidade concreta* das relações sociais capitalistas.

Foi necessário explicitar a compreensão desta *totalidade concreta* para entender o processo nesta dimensão transversal aos países analisados, por isso, recorreremos à Marx e Engels, e aos historiadores no campo do marxismo, para formular, ainda que de modo inicial, essa explicação sobre o processo histórico global que se instaura com o desenvolvimento das relações sociais capitalistas perpassado pela contradição (unidade e antagonismo) entre capital e trabalho.

Neste sentido, esta compreensão da totalidade concreta visa explicar o vínculo da profissão com a globalidade das relações sociais capitalistas. Na segunda metade do século XX, a dinâmica desta totalidade envolveu as estratégias institucionais de difusão das concepções de bem-estar, bem-comum e paz social, sobretudo através da ONU, UNESCO, OEA e a vinculação das organizações do Serviço Social a esse processo, as quais também se configuraram em um plano internacional. Não obstante as distinções entre os países, em sua inserção central ou periférica, os debates presentes no Serviço Social estiveram fixados em torno de dois projetos centrais: a defesa do projeto desenvolvimentista articulado às concepções de bem-estar social, e a contestação ou a crítica mais radical dos limites deste projeto dada a dinâmica das relações sociais capitalistas.

A análise apresentada neste artigo contribui para a apreensão *dos fundamentos históricos* da profissão nesta *totalidade concreta*. Evidenciou-se, assim, o caráter global das necessidades humanas e sociais da classe trabalhadora e das requisições postas historicamente para a profissão durante o século XX que se concretizam em uma totalidade, permeando o conjunto dos países conectados a essa dinâmica. A semelhança na institucionalização da profissão e na estruturação das respostas profissionais, bem como na contestação e na emergência de perspectivas críticas ao SST, deve-se ao compartilhamento histórico de uma realidade comum, na qual o intercâmbio e a difusão ideológica das concepções de bem-estar social, paz social e bem-comum e a organização do Serviço Social no plano internacional também evidenciam a interação e comunicação entre esses processos.

A novidade deste artigo está na análise global desses processos e na explicitação de suas características comuns, postas em evidência. Penso ter contribuído para a análise das perspectivas críticas no Serviço Social, em estreito diálogo com as formulações de Yamamoto e Carvalho (2005), Yamamoto (2007), Netto (2001) e Yazbek (2018), sobretudo na assimilação do escopo teórico-metodológico adotado por esses(as) destacados(as) pesquisadores(as).

Por sua vez, analisei a produção sobre os países de língua hispânica, na América Latina. Não fiz a análise da relação entre Serviço Social brasileiro e o MRLA³⁰. Ao que parece, pela investigação realizada até o momento, a institucionalidade do Serviço Social brasileiro, sua organização político-profissional e alianças explícitas com os interesses da classe trabalhadora, bem como sua inserção e produção acadêmica em estreito diálogo com a teoria social marxista, é uma situação *singular*, no plano internacional, que não ocorreu em nenhum outro país. É uma peculiaridade de nosso país, que no decorrer dos anos 1980 construiu uma posição ético-política hegemônica, de cunho emancipatório e anticapitalista³¹.

A análise dessa particularidade histórica do Brasil seguirá sendo tratada pelos(as) pesquisadores(as) brasileiros(as), na fase atual da pesquisa em rede. E, certamente, teremos mais elementos para refletir a esse respeito, dentro dos próximos anos.

Concluo este artigo, ratificando a compreensão de que as relações sociais capitalistas não permitiram avanços em prol de interesses coletivos e comuns ao gênero humano. A partir dos anos 1970 os limites no processo de valorização do capital (conforme a apreensão da teoria

³⁰ Neste pós-doutorado analisei a relação entre o Serviço Social no Brasil e em Portugal, conforme capítulo de livro elaborado em coautoria com Carla F. Carrilho, intitulado, *Perspectivas histórico-críticas: interações entre Brasil e Portugal (1974-1995)* (no prelo, Editora UFJF-Selo PPG-SS).

³¹ Essa posição consolida-se no início da década de 1990, confirmando sua legitimidade enquanto direção social, junto à categoria profissional. Ganha institucionalidade, colocando-se como referência para a formação e para a produção no âmbito profissional.

do valor trabalho em Marx, 2020, 2018) são enfrentados pelo capital, extrapolando a esfera produtiva/industrial, subordinando outras esferas da vida social e do trabalho ao processo de valorização, tornando necessária uma nova lógica e hegemonia, no âmbito da financeirização, a qual cria outra institucionalidade na relação de dominação entre os países centrais e periféricos. Os organismos internacionais, ONU, UNESCO, OEA, perdem o protagonismo, e o FMI e o Banco Mundial passam a atuar de modo incisivo e recorrente para a difusão da estratégia neoliberal.

Ao que parece, *a difusão desses horizontes para todos os povos* foi a alternativa construída como resultado da contradição posta na unidade/antagonismo entre capital e trabalho, em um plano global, em uma correlação de forças que disputava um projeto alternativo ao capitalismo. Sem essa correlação de forças e essa disputa, a democracia assentada na concepção de bem-estar social, no âmbito das relações sociais capitalistas, encontra-se ameaçada.

Ao reconhecer o avanço material e tecnológico, constante no desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo, constituinte de uma história universal, nos termos de Marx e Engels (2001), expressos na configuração de uma totalidade concreta, não coaduno com as violações e destruições efetuadas sob sua hegemonia. Não posso deixar de mencionar a violência e a destruição processada, sobretudo nos países do continente americano e africano (mas não só), com a aniquilação e submissão dos povos indígenas, a inescrupulosa escravização dos povos africanos e todo o aparato de controle e subordinação do trabalho humano ao interesse precípua do mercado e depois, da reprodução/acumulação do capital, com as terríveis violações da vida humana dos trabalhadores e das trabalhadoras nos países centrais e periféricos, em relação à economia capitalista.

Considero tal realização histórica como resultado complexo, que ao promover a subsunção do trabalho ao capital (Marx, 2020), construiu, contraditoriamente, a possibilidade material de liberação do gênero humano em relação ao trabalho, de diminuição do tempo dedicado à sobrevivência, criando-se alternativas de autonomia individual e coletiva (Lukács, 2012; Mandel, 1982).

Até os anos 1960, a disputa entre os dois projetos societários no plano global possibilitava que alianças fossem formadas em um desses campos. Mas, a bipolarização esteve subordinada às relações sociais capitalistas, ou seja, no plano da totalidade concreta, não houve superação do capital.

Desde os anos 1980 lidamos com a predominância das relações sociais capitalistas, em um plano de interdependência (que inclui centro e periferia) no qual o “progresso” não é mais

um horizonte para todos. Embora a dinâmica das relações sociais capitalistas no plano da totalidade se expresse na exploração do trabalho, de recursos ambientais de amplos territórios, de tantos povos e culturas, subsumidos à lógica de mercado e à valorização/acúmulo contínuo de capital, ainda assim, esse complexo assimetricamente interdependente constitui um patrimônio do gênero humano. Trata-se, então, de reconhecer e reivindicar o patrimônio histórico-material construído com o trabalho, a morte, o suor e as lágrimas de milhões de pessoas?

Finalizo agradecendo às e aos integrantes da pesquisa em rede: esta análise tornou-se possível em virtude da produção deste coletivo de pesquisadores(as), da América Latina e da Europa, que se dedicaram a compreender o MRLA na Argentina, Brasil, Chile e Colômbia e suas interlocuções internacionais, com Portugal, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos.

Referências bibliográficas

- BOGNONO, A. D. F. O projeto ético-político profissional brasileiro e as possibilidades de interlocução internacional: aproximações ao Serviço Social Radical do Reino Unido. Tese de Doutorado, UFRJ, 2020.
- CALABREZ, F. *Introdução à economia política. O percurso histórico de uma ciência social*. E-book. Editora Intersaberes, 2020. Acesso pela biblioteca virtual da UFJF, fevereiro de 2023.
- COUTINHO, C. N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- EIRAS, A. A. L. T. S. FERREIRA, L. A., MARTINS, E. A., PEREIRA, J. A. C., PEREIRA, J. A. L. P., PONTES, N. A. E. *Serviço Social e ação profissional crítica*. E-book, Editora UFJF, Juiz de Fora, 2019. [SERVIÇO-SOCIAL-E-AÇÃO-PROFISSIONAL-CRÍTICA.pdf \(ufjf.br\)](#)
- EIRAS, A. A. L. T. S. Relatório de pesquisa “Ação Profissional Crítica no Serviço Social: fundamentos históricos e teórico-metodológicos”, Pós-doutorado sênior, Cnpq, 2022/2023.
- EIRAS, A.A.L.T.S., MOLJO, C. B., DURIGUETTO, M. L. (org.). **Perspectivas histórico-críticas no Serviço Social: América Latina, Europa e EUA**. E-book. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2022. [PERSPECTIVAS-HISTORICO-CRITICAS_BA04.pdf \(ufjf.br\)](#)
- FALEIROS, V. P. A política social do estado capitalista. Cortez: São Paulo, 1980.
- HOBBSAWM, E. *A era dos extremos. O breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- HOBBSAWM, E. *A era do capital. 1848-1875*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- HOBBSAWM, E. *A era das revoluções. 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. *A história pelo avesso. A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez, 2021.
- IAMAMOTO, M.V., YAZBEK, M. C (org.) *Serviço Social na história: América Latina, África e Europa*. São Paulo: Cortez Editora, 2019.
- IAMAMOTO, M. *Serviço Social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 2005.
- IANNI, O. *Dialética e capitalismo*. Ensaio sobre o pensamento de Marx. Petrópolis: Vozes, 1988.

- KURZ, R. *A guerra de ordenamento mundial. O fim da soberania e as metamorfoses do imperialismo na era da globalização*. Tradução para o português de Lumir Nahodil e Boaventura Antunes, 2019. E-book. [a guerra de ordenamento mundial robert kurz.pdf](#).
- MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, K., ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MARX, K. *O capital* (Livro I). São Paulo: Boitempo, 2020.
- MARX, K. *O capital* (Livro II). São Paulo: Boitempo, 2018.
- MARX, K. *O capital* (Livro III). São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARTINELLI, M. L. *Serviço Social identidade e alienação*. São Paulo: Cortez, 1991.
- MÉSZÁROS, I. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002.
- NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2001.
- O'CONNOR, J. USA: a crise do estado capitalista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- RUBIN, I. I. *História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2014.
- SAND, S. *Breve história mundial da esquerda*. Lisboa: Zigurate, 2023.
- SILVEIRA, R.; SILVA, P.G.; MARTINS, A.; CARRARA, V.A.; PERELLÓ, M.A.O. Social work, contestatory movements and socio-professional struggles in the Iberian Peninsula in the 1970s In: CRITICAL AND RADICAL SOCIAL WORK, vol. XX, n. XXI-10, 2021. Guest editorial. Marilda Villela Iamamoto, Claudia Mônica dos Santos e Akexandra A.L.T. Eiras. "Social Work in Latin América: historical factors, memory and internacional connections". Policy Press. Bristol University-Reino Unido, ISSN 2049 8608, on line ISSN 20498675.
- VILAR, P. Marx e a História. HOBBSAWM, E. *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. IN GUERRA, Y. et. al. (org.). *Serviço Social e seus Fundamentos: Conhecimento e Crítica*. Campinas: Papel Social, 2018.
- YAZBEK, M. C.; IAMAMOTO, M. V. (org.) *Serviço Social na História: América Latina, África e Europa*. São Paulo: Cortez, 2019.